

Caiu a ficha

ARTIGO

Luís Eduardo Assis

Economista, autor de 'O Poder das Ideias Erradas' (ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

O mercado financeiro parece ter sido informado apenas agora, depois da última reunião do Copom, que o PT ganhou as eleições presidenciais de 2022. O Banco Central não dirá quando vai mudar a política monetária, mas haverá sinais. O dissenso na decisão do Copom, provocado justamente pelos votos dos diretores indicados pe-

lo presidente Lula, desenha para quem não entendeu: o governo não gosta de juros altos. Sua prioridade absoluta é o crescimento. O combate à inflação pode até ser importante, mas se subordina ao objetivo do crescimento. Exatamente o inverso do que é a missão do Banco Central, que prioriza o combate à inflação, mesmo que isso provoque a estagnação da economia.

Reduzir a polêmica a um conflito entre decisões técnicas ou políticas é uma simplificação excessiva. Não houve intervenção política no Copom. É muito mais que isso. Seria estranho se o presidente da República escolhesse para o Bacen diretores contrários às suas crenças sobre política monetária – e, sim, ele as tem. O fato é que

Dissenso na decisão do Copom desenha para quem não entendeu: o governo não gosta de juros altos

criamos um sistema em que a única ferramenta para domar a inflação é a taxa Selic. Exaurimos os estoques reguladores da Conab, não há mais política

de crédito através de depósitos compulsórios, a instabilidade do câmbio quase não é controlada e a meta da inflação é o IPCA cheio – e não uma medida de “núcleo” que dilua o impacto de choques de oferta, como acontece em muitos países. Para piorar, vivemos ainda em economia indexada e, o pior de tudo, os gastos públicos tendem a aumentar quando há elevação da Selic. Resulta disso tudo uma política monetária ineficaz.

A correlação entre a inflação anualizada dos produtos comercializáveis (cujos preços dependem das cotações internacionais) e o IPCA nos últimos 20 anos é de 80%. Esses preços não respondem à uma elevação da Selic. Já a inflação de serviços, mais sensível aos

juros altos que geram desemprego, tem uma correlação bem mais baixa, 47%. Combater a inflação apenas através da taxa Selic exige, nas atuais condições, juros estratosféricos sempre que houver um choque de oferta. Os efeitos colaterais da terapia são conhecidos: baixo crescimento e aumento na concentração da renda. Tudo leva a crer que os juros reais serão mais baixos quanto o Copom tiver a maioria de seus membros indicados pelo presidente Lula. O mercado que se prepare para suas inevitáveis cólicas. Sem ampliar o escopo da política anti-inflacionária isso pode significar apenas mais inflação. É preciso rediscutir os instrumentos de controle inflacionário, a começar por uma política fiscal mais responsável. ●

Política fiscal Na berlinda

LRF ajudou governos estaduais a reduzir seus endividamentos

Dívida dos governos regionais caiu de 73% da receita corrente líquida em 2016 para 31% em 2022, segundo o Tesouro Nacional

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

Quando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi aprovada, em 2000, 17 Estados tinham dívidas maiores do que suas arrecadações. Nos últimos anos, houve queda do endividamento, mas quatro deles (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo) continuam em alerta.

No total, a dívida dos governos regionais caiu de 73% da receita corrente líquida em 2016 para 31% em 2022, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Três Estados, porém, estão em alerta maior: Rio de Janeiro, com dívida de 188%, Rio Grande do Sul (185%) e Minas Gerais (168%).

A LRF não admite endividamento superior a 200% da arrecadação, o que tem levado os governos estaduais a rodadas de negociação com a União, o principal credor dos débitos. “As vezes a gente dá três passinhos para frente, mas dá um passinho para trás porque a nossa resistência em avançar e aceitar que as contas públicas têm de ser equilibradas é muito grande”, diz Selene Peres Peres Nunes, assessora econômica

do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na época da elaboração da LRF, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, ela é secretária de Economia de Goiás (mais informações na página B3).

Desde a promulgação da lei, a LRF passou por oito governos (FHC 2, Lula 1, Lula 2, Dilma 1, Dilma 2, Temer, Bolsonaro e Lula 3) e por mudanças no regimento fiscal, incluindo o teto de gastos públicos, o orçamento de guerra da pandemia de covid-19 e agora o novo arcabouço fiscal. Nos Estados e municípios, porém, é a LRF que permanece como a referência para os gestores públicos.

LIMITE DE DESPESAS. A lei fixou o limite de despesas do poder público com funcionários: 50% da receita corrente líquida na União e 60% nos Estados e municípios. Na época da votação, 15 Estados estouravam o teto e não havia nem sequer dados sobre outras 10 unidades da Federação. Em 2023, apenas dois ficaram acima do limite: Rio Grande do Norte e Minas Gerais, sem considerar os que descumpriram os limites individuais de cada Poder.

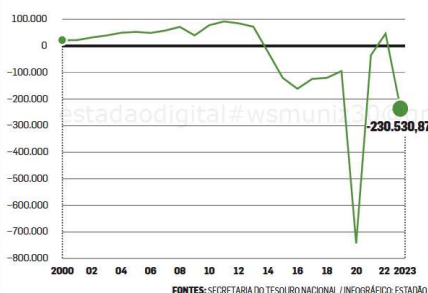
A presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Lucieni Pereira, aponta um problema na verificação dos gastos: cada vez mais governos locais vêm burlando a LRF por meio da contratação de serviços e

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO

Levantamento entre 2000 e 2023 mostra piora a partir de 2014

Desempenho anual

EM R\$ MILHÕES, VALORES CORRENTES



FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADO

terceirizados para realizar as atividades da administração pública, escapando dos limites. “O equilíbrio fiscal ainda

não é um valor na sociedade”, diz Lucieni.

Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) identificou que 35,4% das prefeituras brasileiras contratavam organizações sociais para prestação de serviços em 2022. Desse universo, 40% dos municípios registrava apenas 10% desses gastos como despesas de pessoal e 42,3% não sabia que parte correspondia a gastos com pessoal, evidenciando que a maioria dos valores não estava sendo registrada nos limites da LRF.

Para a auditoria do TCU, o

cenário de burla aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal se soma aos constantes resultados negativos das contas públicas nacionais, ao endividamento dos governos locais, com rodadas atrás de rodadas de refinanciamento por parte da União, e à queda dos investimentos públicos. “É uma tempestade perfeita sobre as finanças públicas, e ainda com o Judiciário com a visão de que a União tem de assumir todas as obrigações de Estados e municípios”, diz Lucieni.

Tempestade perfeita Tentativa de burlar LRF se soma a contas nacionais negativas e endividamento de governos locais

Em meados do mês passado, o governo Lula revisou as metas fiscais e jogou os primeiros resultados positivos para 2027, após o fim do mandato atual. “Na prática, se você estabelece uma banda, a sua meta para valer vai ser a banda inferior porque é ela que dispara os mecanismos da LRF (como a necessidade de bloquear despesas)”, diz Selene.

QUEDA DE INVESTIMENTOS. O Brasil também enfrenta um cenário de queda dos investimentos públicos. E o processo se intensificou depois de 2014, coincidindo com o início do déficit fiscal e as mudanças na LRF. Em 2010, o investimento público totalizou 1,15% do PIB. Em 2014, 0,99%. No ano passado, caiu para 0,54% e com um componente a mais: um terço do valor foi capturado por emendas parlamentares, que se traduzem em projetos parciais e sem vinculação com projetos de desenvolvimento nacional. ●

Maiores devedores

188% da receita corrente líquida é o montante da dívida do Rio de Janeiro

185% da receita é a dívida do Rio Grande do Sul

168% é o total da dívida de Minas Gerais